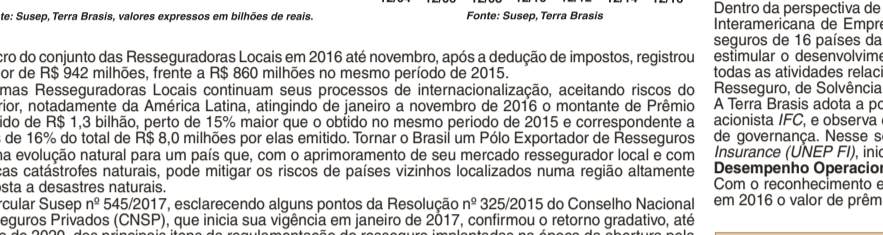




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Ss as demonstrações financeiras da Terra Brassa Resseguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Mercado Brasileiro de Resseguros Com base em informações públicas das Seguradoras (referentes a dezembro de 2016), divulgadas pelo Superintendente de Seguros Privados (SUSP), o volume de resseguro cedido pelas Seguradoras brasileiras em 2016, praticando o resseguro em âmbito nacional, foi de R\$ 102,2 bilhões.



O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais em 2016 até novembro, após a dedução de impostos, registro, o valor de R\$ 542 milhões, frente a R\$ 600 milhões no mesmo período de 2015.

Organização Societária e Administrativa A Terra Brassa, com patrimônio líquido de R\$ 1,95 bilhões, é parte do Grupo Brasil Par e possui participação qualificada da International Financial Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Em milhares de Reais)

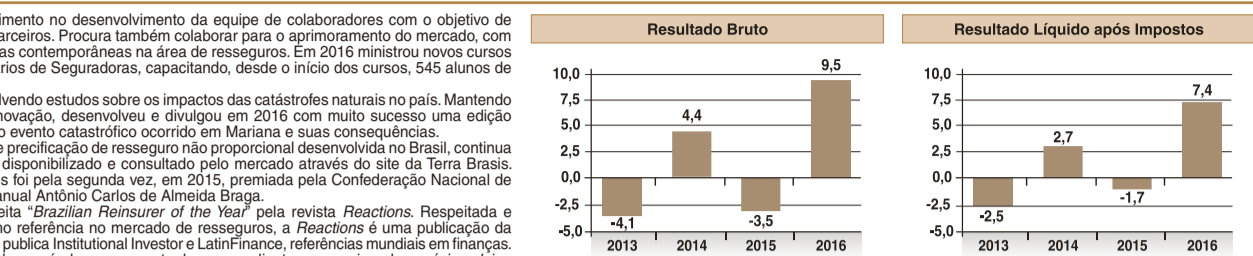
Table with columns: Ativo, Passivo, Notas, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Circulante, Aplicações, Créditos das operações com seguradoras, etc.

Demonstração das Mutuações do Patrimônio Líquido EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Em milhares de Reais)

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2015, Ações em tesouraria, Resultado do exercício, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Terra Brassa Resseguros S.A. (doravante referida também como "Terra Brassa" ou "Resseguradora") é uma sociedade limitada de direito brasileiro, inscrita no CNPJ nº 12.909.684/0001-28.



Montante de Investimentos e Disponível vs Patrimônio Líquido. Gráfico de barras comparando os valores em bilhões de reais.

6.1. Movimentações das aplicações financeiras Saldo Inicial: 131.439. Aplicações: 143.123. Saldo Final: 139.042.

6.2. Fluxo de realização de recebimento e pagamento Saldo Inicial: 21.559. Fluxo de caixa: 27.990. Saldo Final: 49.549.

6.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Sem vencimento, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Saldo Inicial, Recebimentos, Pagamentos, etc.

6.4. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Lucro (prejuízo) líquido do exercício, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.5. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2015, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.6. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.7. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.8. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.9. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.10. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.11. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.12. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.13. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.14. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.15. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.16. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

6.17. Demonstrações do Resultado Abrangente EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro de 2016, Ajuste a valor de mercado, Resultados abrangentes, etc.

12.3. Movimentação das provisões técnicas Total Provisão em 31/12/2016: 4.241. Provisão em 31/12/2015: 4.241.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

12.4. Custos de aquisição diferidos Saldo em 31/12/2016: 8.545. Saldo em 31/12/2015: 51.433.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

12.5. Saldo em desenvolvimento de sinistros a liquidar - bruto de retrocessos: 12.526. Saldo em desenvolvimento de sinistros a liquidar - líquido de retrocessos: 12.526.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

12.6. Cobertura das provisões técnicas: A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R\$ 80.794.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

14.1. Prêmios emitidos: Os prêmios emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

Table with columns: Prêmio emitido, Prêmio cedido retrocessivo, % de retenção.

14.2. Prêmios ganhos: Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Table with columns: Prêmio ganho, Sinistralidade, Corretagem, Prêmio ganho, Sinistralidade, Corretagem.

16.1. Risco de subscrição: Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas às bases técnicas e atuariais para cálculo de prêmios e provisões técnicas.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

16.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da dificuldade no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

16.3. Risco de mercado: Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e taxas do mercado financeiro.

Table with columns: Saldo em 31/12/2016, Saldo em 31/12/2015, Provisão em 31/12/2016, Provisão em 31/12/2015.

O total de ativos e passivos vinculados a esta moeda, bem como a exposição líquida estão demonstrados a seguir, em dólares americanos e seu equivalente em reais.

Ano	Ativos denominados em dólares americanos		Passivos denominados em dólares americanos		Exposição líquida	
	em dólares americanos	equivalente em reais	em dólares americanos	equivalente em reais	em dólares americanos	equivalente em reais
2016	13.543	44.109	13.928	45.393	(385)	(1.284)
2015	8.599	33.576	9.977	38.959	(1.378)	(5.383)
2014	3.326	8.836	3.246	8.623	80	213

**16.6. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado. Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste na suficiência das provisões técnicas, considerando os fluxos financeiros de prêmios efetivos e prêmios estimados. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas.

Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados abaixo.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
<b>Efeito bruto de retrocessão</b>						
Sinistralidade 10% maior	(3.516)	-47,4%	-3,6%	(6.873)	403,8%	-7,5%
Sinistralidade 10% menor	3.514	47,3%	3,6%	5.160	-303,2%	5,6%

	31/12/2016			31/12/2015		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
<b>Efeito líquido de retrocessão</b>						
Sinistralidade 10% maior	(1.908)	-25,7%	-2,0%	(2.354)	138,3%	-2,6%
Sinistralidade 10% menor	1.907	25,7%	2,0%	2.424	-142,4%	2,6%

Uma análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de investimento através de cálculos de estresses nas posições de fechamento da data-base. O teste constituiu-se de variação na taxa de câmbio, taxas de juros, ações e inflação. As premissas do teste e resultados estão apresentadas abaixo. • Estrutura a termo da curva de IPCA: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo. • Índice Bovespa: Variação de 10% no índice. • Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Fatores de risco	Choque	Cenário A		Cenário B	
		Impacto no resultado antes dos impostos	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Choque
Câmbio	10%	869	-10%	(859)	
Ações (Ibovespa)	-10%	(21)	10%	21	
Inflação	300 bps	(199)	-300 bps	223	

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Rodolfo Riechert – Presidente  
André Schwartz – Vice-Presidente

Carlos Roberto De Zoppa  
Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho

Paulo Eduardo de Freitas Botti  
Pedro Duarte Guimarães

**DIRETORIA**

Paulo Eduardo de Freitas Botti – Diretor-Presidente

Beatriz Cabrera Americano Fernandes  
Bernardo Nolasco Rocha  
Carlos Roberto De Zoppa

Paulo Toshio Hayakawa  
Rodrigo de Souza Lobo Botti

**CONTADOR**

Eduardo Póvoa  
CRC-1SP223513/O-6

**ATUÁRIO**

Laércio dos Santos Vicente  
MIBA-2.300

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Aos Membros do Conselho de Administração da Terra Brasis Resseguros S.A.

São Paulo - SP  
O Comitê de Auditoria da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Terra Brasis"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que inclui: (i) entrevistas com a alta Administração e com os gestores; (ii) avaliação da estrutura, do funcionamento e acompanhamento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento e do escopo dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep, é da Administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Terra Brasis. O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos

responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê realizou, no decorrer do exercício, reuniões com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras. O Comitê discutiu com os representantes da empresa responsável pelas funções de auditoria interna no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o planejamento de seus trabalhos, incluindo o escopo e os procedimentos aplicados, os resultados alcançados e os relatórios emitidos. O Comitê também avaliou os aspectos de independência e nível de reporte da auditoria interna na estrutura da Organização. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O planejamento dos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi previamente discutido com a Ernst & Young Auditores Independentes e, ao final dos trabalhos a equipe encarregada apresentou seus resultados e conclusões ao Comitê de Auditoria. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da Diretoria da Terra Brasis e, nessas reuniões, teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões à Administração para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Terra Brasis ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. **Conclusões** - O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e levando em consideração os resultados da auditoria independente das demonstrações financeiras consubstanciadas no relatório, sem modificações, emitido nesta data pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. manifesta-se favoravelmente pela aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Pedro Horowicz

José Campos

José Rubens Alonzo

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da Terra Brasis Resseguros S.A. - CNPJ: 12.909.684/0001-28

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração** - A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital, conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de

retrocesso registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião** - Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos** - No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os procedimentos de auditoria aplicados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável de que os itens integrantes do escopo de nossos trabalhos, identificados no primeiro parágrafo, estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Todavia, essas divergências já são de ciência da Resseguradora, a qual já está tomando providências para sua eliminação, além de não constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

Ricardo Pacheco - MIBA 2.679  
EY Serviços Atuariais S.S. CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57  
São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Terra Brasis Resseguros S.A. - São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.